

# SUMÁRIO

---

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	17
<b>Capítulo 1 – O DIREITO FUNDAMENTAL AO PROCESSO JUSTO</b> ...	21
1.1 Teoria dos direitos fundamentais: uma rápida incursão .....	21
1.1.1 Colisão entre direitos fundamentais e ponderação de interesses.....	28
1.2 O direito fundamental ao processo justo .....	33
1.2.1 Legitimação pelo procedimento.....	44
<b>Capítulo 2 – A GARANTIA DA DURAÇÃO RAZOÁVEL DO PRO- CESSO</b> .....	47
2.1 O mundo globalizado e a cultura da aceleração .....	47
2.2 Tempo e processo: generalidades.....	49
2.3 As causas da morosidade.....	54
2.4 Delimitação espacial e conceitual da garantia objeto do estudo.....	57
2.4.1 Construindo um novo paradigma: celeridade enquanto negação do excesso e qualidade da prestação jurisdicional .....	62
2.5 Repensando o Direito Processual Público.....	68
2.5.1 Supremacia do interesse público sobre o particular?!.....	68
2.5.2 O papel da Administração Pública.....	71
2.6 A tipologia da morosidade por Boaventura de Sousa Santos .....	72
2.7 Novamente a efetividade do processo e as reformas instrumentais: uma advertência.....	75
2.8 Duração razoável do Processo Penal .....	79
2.9 Conclusões parciais .....	82



<b>Capítulo 3 – OS CRITÉRIOS PARA AVALIAÇÃO DA RAZOABILIDADE DA DURAÇÃO DOS PROCESSOS</b>	85
3.1 A Corte Europeia de Direitos Humanos e o balizamento da “doutrina do não-prazo”.....	85
3.2 Critérios para contagem do tempo de duração.....	88
3.3 Critérios para valoração do tempo de duração.....	90
3.3.1 Complexidade da causa.....	91
3.3.2 Comportamento das partes.....	93
3.3.3 Comportamento das autoridades.....	98
<b>Capítulo 4 – AS CONSEQÜÊNCIAS DA MOROSIDADE, O MODELO ITALIANO E O CASO BRASILEIRO</b> .....	103
4.1 As conseqüências da morosidade.....	103
4.1.1 Responsabilidade Civil do Estado pela demora na prestação jurisdicional.....	103
4.1.1.1 Generalidades.....	103
4.1.1.2 Responsabilidade Civil do Estado: conceito, evolução e pressupostos.....	104
4.1.1.3 Responsabilidade Civil do Estado por atos judiciais.....	107
4.1.1.4 Responsabilidade Civil do Estado pela violação à garantia do prazo razoável.....	110
4.2 Prazo razoável e as reformas processuais: panorama do direito comparado.....	114
4.2.1 O modelo italiano.....	119
4.3 O caso brasileiro: em busca da aplicabilidade imediata.....	125
4.3.1 Tutelas específica e ressarcitória.....	125
4.3.2 Tutela preventiva à luz do <i>Case Management</i> norte-americano.....	129
<b>CONCLUSÕES</b> .....	131
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	137
<b>ANEXO</b> .....	149
<b>ÍNDICE ALFABÉTICO</b> .....	153

